

URGENTE

ExpressoLivre - ExpressoMail

Remetente: "Marcelo Fontana da Silveira" <marcelo.silveira@mma.gov.br>
Para: "Bruna Aparecida da Silva Oliveira" <bruna.oliveira@mma.gov.br>
Data: 16/08/2012 12:00 (02:50 horas atrás)
Assunto: Tarefa 957 SIGOV
Anexos: Acórdão 2.354 - item 9.4.pdf (753 KB)

Bruna,

Conforme conversamos, segue abaixo a demanda encaminhada pelo SIGOV e em anexo o Acórdão TCU.

"De ordem da Chefe de Gabinete da Ministra, Sra. Marcela Castro.

Solicita-se seja este Gabinete informado do andamento da deliberação feita pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão n. 2.354/2009 – Plenário, no qual é recomendado ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, que envide esforços no sentido de integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e Zonas Costeiras, nos termos do art. 3º, inciso VI, da Lei 9.433/1997.

De acordo com a proposta de encaminhamento do Acórdão, o prazo para implementação da deliberação do TCU era o primeiro semestre de 2012.

Segue a anexa documentação referente ao item 9.4 do referido Acórdão."

Aguardo retorno.

--

Atenciosamente,
Marcelo Fontana da Silveira
Analista Ambiental
Coordenação-Geral de Apoio Administrativo
Gabinete da Ministra
Ministério do Meio Ambiente - MMA
Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 529, 5º andar
Email: marcelo.silveira@mma.gov.br
Tel: +5561 2028-1208
Fax: +5561 2028-1756

Em decorrência da inovação legislativa advinda de legislação superveniente, abstém-se de propor medidas adicionais e considera-se inaplicável o item 9.3 do Acórdão 2.354/2009-P.

2.2.4 Deliberação ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH).

Deliberação:

9.4. recomendar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) que envide esforços no sentido de integrar a gestão de bacias hidrográficas com a dos sistemas estuarinos e Zonas Costeiras, nos termos do art. 3º, inciso VI, da Lei 9.433/1997;

Situação que levou à proposição das deliberações:

Ante os argumentos apresentados pela comunidade científica de que o desenvolvimento é a melhor forma de adaptação. O relatório de auditoria destacou ser imperativo a incorporação, pelo Governo brasileiro, tanto ao planejamento urbano, quanto aos setores de infraestrutura, transporte e outros, de diretrizes para adaptação das zonas costeiras aos impactos das mudanças climáticas. Assinalou-se que tais diretrizes deveriam ser incorporadas aos instrumentos de ordenamento territorial e de licenciamento ambiental, com objetivo de reduzir os efeitos desses impactos.

Nessa esteira, destacou-se a necessidade de integrar ações nos diversos setores do Governo, em especial, no que se refere à integração da gestão dos recursos hídricos à gestão costeira, uma vez que tais sistemas são interconectados e exercem influência entre eles.

Providências adotadas:

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) informou que, em um dos programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), está prevista a gestão de recursos hídricos integrados ao gerenciamento costeiro, incluindo áreas úmidas, tendo sido encaminhado para apreciação do Conselho, em setembro de 2011. Segundo o Conselho, atualmente, o mencionado Programa se encontra sob análise da Câmara Técnica de Planos de Recursos Hídricos (CTPNRH/CNRH). O CNRH destacou, ainda, que a implementação desse programa está a cargo da Coordenação da Agência Nacional de Águas, com o apoio da SRHU e sob acompanhamento do CNRH.

Quanto ao prazo de implantação, o CNRH esclareceu que a aprovação do Programa deverá acontecer ainda no primeiro semestre de 2012, o que contribuirá para a efetivação da integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras.

Análise:

A partir das informações recebidas, considera-se que a recomendação ainda não foi plenamente atendida. No entanto, observa-se que estão sendo envidados esforços nesse sentido. Assim, tendo em vista a proximidade da data prevista para aprovação de Programa, no âmbito do qual se pretende promover a integração da gestão dos recursos hídricos com a gestão dos sistemas estuarinos e zonas costeiras, deixa-se de propor medidas adicionais neste momento.

Evidências:

Ofício 37-2012/SECEX/MMA (peça 44)

Proposta de Encaminhamento:

Diante do exposto, deixa-se de propor medidas adicionais para o atendimento da recomendação lavrada no item 9.4 do Acórdão 2.354/2009-P, ante a expectativa de que o órgão dará prosseguimento à implementação da deliberação em epígrafe.

2.2.5 Deliberação à 8ª Secex.

Deliberação: